



ISSN: 2595-5713

Vol. 03 | N°. 5 | Ano 2020

Katia Sara H. Xavier-Zeca
Correio

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

COOPERAÇÃO SUL-SUL: O PAPEL DO PROGRAMA DE ESTUDANTE CONVÊNIO- PÓS-GRADUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

SOUTH-SOUTH COOPERATION: THE ROLE OF THE POST-GRADUATE
STUDENT PROGRAM FOR THE DEVELOPMENT OF SOCIAL SCIENCES IN
MOZAMBIQUE

RESUMO: O artigo é parte de uma pesquisa exploratória que pretende dissertar sobre o contributo da Cooperação Sul-Sul: O Papel do Programa de Estudante Convênio-Pós-Graduação (PEC-PG) para o desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique. O objetivo é analisar como o PEC-PG tem contribuído para o desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique, através da cooperação educacional. Num país onde a primeira instituição de ensino superior tem pouco mais de 50 anos. Em termos metodológicos partiu-se de uma abordagem de revisão sistemática da literatura e dos dados existentes sobre as teses defendidas no Brasil, disponível na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pode-se concluir que o PEC-PG tem tido um papel relevante na formação de quadros dos PALOP, onde Moçambique tem sido o país que lidera em termos de estudantes que tem beneficiado do programa no âmbito da pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação; Desenvolvimento; PEC-PG; Pesquisa; Moçambique.

ABSTRACT: The article is part of an exploratory research that intends to talk about the contribution of South-South Cooperation: The Role of the Student Agreement-Graduate Program for the Development of Social Sciences in Mozambique. The objective is to analyze how the PEC-PG has contributed to the development of Social Sciences in Mozambique, through educational cooperation. In a country where the first institution of higher education is just over 50 years old. In methodological terms, a systematic review of the literature and existing data on the theses defended in Brazil was made available on the platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). It can be concluded that the PEC-PG has played an important role in the training of staff from PALOPs where Mozambique has been the country that leads in terms of students who have benefited from the program.

KEY WORDS: Cooperation; Development; PEC-PG; Search; Mozambique.

COOPERAÇÃO SUL-SUL: O PAPEL DO PROGRAMA DE ESTUDANTE CONVÊNIO-PÓS-GRADUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

Katia Sara Henriques Xavier-Zeca Correio ¹

Introdução

A pesquisa é fundamental em todos os momentos de aprendizagem do estudante. Seja simplesmente para prossecução dos trabalhos nas disciplinas, ou ainda para conclusão e obtenção de um determinado grau acadêmico. A construção do conhecimento em uma sociedade é basilar para o desenvolvimento e crescimento desta. Neste sentido, a educação é uma das bases do desenvolvimento e criador de pensadores em várias áreas.

O presente artigo centrou-se no contributo do Programa de Estudante Convênio da Pós-Graduação (PEC-PG) no desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique. Neste sentido, partiu-se de uma análise dos dados sobre os estudantes oriundos deste país. A metodologia utilizada para mapear estes estudantes foi usando a palavra-chave “Moçambique” no catálogo de Teses de Dissertações da Capes, na qual foram selecionados estudantes que tenham se beneficiado do programa entre os anos de 2000 e 2018. 2000 por ser o período em que se encontram disponível os dados sobre as admissões ao programa, e 2018 por se considerar que os estudantes admitidos até 2015 tenham terminado a sua formação nesse período. Para refinar a busca, os trabalhos selecionados foram separados com auxílio da plataforma *lattes* para verificar a nacionalidade dos autores das teses. Através deste portal foi possível identificar os Moçambicanos e brasileiros que escreviam sobre Moçambique e daí extrair apenas as informações sobre os moçambicanos.

O artigo conta com três partes, a primeira pretende-se descurar em torno do conceito de Cooperação educacional e desenvolvimento, e em seguida apresentam-se o panorama do ensino superior em Moçambique, e por fim o contributo do PEC-PG no desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique. O artigo focaliza especialmente os aspectos institucionais do processo de formação dos estudantes no Brasil com recurso ao PEC-PG.

Cooperação Educacional e desenvolvimento

A cooperação representa uma importante categoria operacional da política externa brasileira. Este foi o motivo central da transferência, para o Itamaraty, de toda a responsabilidade

¹ Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Professora Assistente na Universidade Joaquim Chissano-Moçambique. ksarahxavier@gmail.com

nesta área, por meio da criação, em setembro de 1987, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento para o Brasil, auxiliando o País a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico brasileiro, com capacitação de instituições nacionais dos três níveis da federação, via transferência de tecnologia e conhecimento.² No âmbito das relações internacionais, a cooperação entre países em desenvolvimento (CTPD), a chamada Cooperação Sul-Sul, consolidou-se como eficiente ferramenta de aproveitamento de conhecimentos específicos de alguns países para cobrir lacunas em outros.

A Cooperação Sul-Sul surge como uma iniciativa para complementar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), e para contestar a redução da oferta de cooperação por parte dos doadores habituais que, pelas pressões mundiais, mudanças econômicas e fenômenos políticos, alteraram de forma imperativa suas prioridades de assistência tanto com relação às regiões geográficas, como em relação aos temas a abordar. A cooperação sul-sul é usada para descrever a relação entre os países em desenvolvimento e é feita de diversas formas: coalizões diversas, negociações multilaterais, envolve fluxo de comércio e investimentos. Este processo pressupõe uma cooperação direcionada para o desenvolvimento onde as partes saem a ganhar (LEITE, 2012).

Deste modo, entende-se por desenvolvimento econômico como sendo um conceito mais amplo, que irá avaliar os resultados do crescimento econômico quer em termos de mudanças estruturais das economias, quer na perspectiva dos ganhos sociais em termos de bem-estar das populações; assim, o que está em causa quanto ao conceito de desenvolvimento não são apenas as variáveis econômicas, mas também os objetivos sociais (THIRLWALL, 2005).

De acordo com Rizzi a:

Base da cooperação educacional, o Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G), que teve sua origem desde o final da década de 1920 (administrado exclusivamente pelo MRE até o ano de 1967) foi desenvolvido, desde então, com base na assinatura de Protocolos conjuntos, com prazos indeterminados, entre os Ministérios da Educação (e as Instituições de Ensino Superior) e o das Relações Exteriores (RIZZI, 2016, p. 152).

Este é então um programa que começou a ser desenvolvido já em início dos anos 1920, embora não com a dinâmica e as características que atualmente se conhece. Este vem evoluindo até tornar-se num órgão com a dimensão que atualmente se conhece. O mesmo passou por vários momentos, desde a queda do Muro de Berlim, bem como os processos de democratização que a

² ABC. **Cooperação Técnica: Conceito.** 2020. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

maior parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) viviam em início dos anos 90, o que trouxe alguma diminuição da cooperação no âmbito educacional e não só. Com os países minimamente estabilizados, nos anos 2000 começa a ser retomada a cooperação educacional com a maior parte destes países. De acordo com Rizzi (2016), esta retomada da cooperação entre Brasil e os PALOP nos anos 2000, dá-se nomeadamente no período dos governos Lula da Silva (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011-2015).

Rizzi (2016) destaca uma série de acontecimentos e desenvolvimentos relevantes que estavam a acontecer em África, nomeadamente nos PALOP:

Nos PALOP, os quinze anos da década 2000 representaram momentos decisivos em sua evolução histórica, o que possibilitou essa maior aproximação com o Brasil, mas também com Portugal (e União Europeia), potências africanas (Nigéria, Senegal, África do Sul) e as instituições internacionais: Angola encerrou a guerra civil em 2002 e tem colocado em prática um projeto de desenvolvimento e inserção regional consolidado, que tornou o país liderança africana, a concorrer diretamente com Nigéria e África do Sul nas questões regionais, e também entre os PALOP; Cabo Verde consolidou sua democracia multipartidária e tem se aproximado progressivamente da União Europeia, sob o argumento de ser a ponte geográfica entre a Europa, Brasil e PALOP, especialmente oferecendo prestação de serviços; a Guiné-Bissau, como ocorrera na década de 1990, aprofundou a instabilidade política, que gerou caos econômico e social, tornando-se a principal pauta de atenção de defesa e segurança humana entre os PALOP (especialmente na CPLP); Moçambique também consolidou sua democracia no período contemporâneo, porém com escândalos de corrupção política e acirramento da tensão entre FRELIMO e RENAMO, nos últimos anos; São Tomé e Príncipe tentou rumar gradualmente à institucionalização da democracia, porém com crises políticas e golpes contíguos, especialmente após o Golfo da Guiné se tornar polo explorador de petróleo (exportador em conjunto com a Nigéria) (RIZZI, 2016, p. 156).

Neste sentido, é notório que o período compreendido entre os anos 1990 aos anos 2000 grandes mudanças, sociais, políticas e econômicas estavam a ocorrer em África. Mudanças essas que foram influenciar o processo de cooperação entre os PALOP e Brasil, e ganharam mais força a partir dos anos 2000. Os países africanos de língua oficial portuguesa são locais que tem sido do interesse e influência tanto de Portugal como do Brasil, por razões históricas e culturais. As relações entre o Brasil e estes países se regem por três vertentes: bilateral, multilateral e a revalorização da região do Atlântico Sul. A autora divide os PALOP em dois blocos devido as suas disparidades nas suas características econômicas, políticas demográficas e territoriais. Sendo assim, considera Cabo verde Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe como pequenos PALOP's e Angola e Moçambique como grandes PALOP's. A dimensão das fronteiras de Angola e Moçambique, com grandes potencialidades de desenvolvimento econômico e consequentemente social, facilmente conseguem a sua inserção regional; enquanto que os pequenos PALOP's, devido a insularidade (Cabo verde e São Tomé e Príncipe), e Guiné Bissau,

que está localizado num enclave francófono (e ter pequenas dimensões territoriais), torna as suas possibilidades de desenvolvimento cada vez mais pouco autônomas, tornando-os dependentes dos seus vizinhos (RIZZI, 2016). Estas diferenças são notórias quando se refere às contribuições e auxílios, ou mesmo no número de estudantes que cada País envia ao Brasil sob o abrigo do PEC-PG. Moçambique, neste aspecto, lidera o número de estudantes a beneficiar deste convênio, e alguns países, como São Tomé Príncipe e Guiné Bissau, não tem beneficiado deste apoio, pelos menos ao nível da pós-graduação.

A estratégia da cooperação técnica prestada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desenvolve-se exclusivamente em resposta a demandas oficialmente recebidas, por meio dos postos diplomáticos brasileiros, ou das representações estrangeiras em Brasília. O Brasil não voluntaria cooperação. A decisão sobre a aceitação da demanda depende de seu enquadramento nas diretrizes da política externa brasileira. Recorde-se que o artigo 4º, inciso IX, da Constituição Federal reza que “a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.³

Os programas de cooperação do Brasil para o exterior permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, com vistas a que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro. Para atingir esse objetivo de aprimoramento das instituições, a Agência lança mão de uma série de estratégias que foram sendo desenvolvidas ao longo das mais de três décadas de sua existência (e mesmo anteriores ao seu surgimento). Acima de tudo, mantém contato frequente com vários órgãos governamentais, organismos internacionais e governos de países parceiros, com intenção de aumentar a eficácia de seus projetos. Esta cooperação é realizada em cerca de 108 países da América Latina, Ásia, África, Europa e Oceania, com participação de mais de 124 instituições brasileiras reconhecidas por sua excelência. Os principais projetos da cooperação do Brasil desenvolvem-se em áreas como administração pública, agricultura familiar, temas urbanos, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, energia, pecuária, pesca, planejamento, saúde, segurança pública, trabalho e emprego.⁴ Para efeitos deste trabalho o enfoque está na cooperação para a educação, nomeadamente o PEC-PG.

A cooperação educacional é uma vertente positiva das relações entre países, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, e promovendo valores como tolerância e respeito à

³ ABC. **Cooperação Técnica: Conceito.** 2020. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

⁴ ITAMARATY. **Cooperação educacional.** 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

diversidade cultural. A política externa brasileira para temas educacionais se orienta pela busca de resultados nas dimensões econômica, política e cultural. Por relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, a cooperação educacional contribui para o desenvolvimento econômico.⁵ Num Mundo cada vez mais globalizado em que conhecimento se torna um elemento essencial do desenvolvimento, é necessário ter uma população instruída, pois desta forma os avanços poderão ser possíveis através de capital, investimento e tecnologia. Deste modo, ter recursos humanos cada vez mais qualificados torna-se imperioso neste mundo cada vez mais globalizado, para que os países possam inserir-se no mercado internacional de forma competitiva.

De acordo com o banco de dados da ABC, a educação está entre os 3 setores mais relevantes dos programas de cooperação técnica do Brasil. Isto quer dizer que em termos das várias áreas de cooperação (saúde, cultura e defesa), é a educação que mais relevância tem sido dada por este órgão, no caso, a ABC. Esta cooperação está relacionada com a formação, capacitação, gestão e transferência de tecnologia em diversas áreas (educação profissional, projetos de alfabetização, de jovens e adultos, educação não formal e educação para pessoas especiais) (MILANI; CONCEIÇÃO; MBUNDE, 2016).

A cooperação em temas educacionais é um instrumento político para promover a aproximação entre os Estados por meio de suas sociedades. Iniciativas brasileiras nessa área, em parceria com outros países em desenvolvimento, contribuem para projetar o Brasil como país cuja atuação internacional é solidária. Ademais, a convivência com outras culturas, o aprendizado de idiomas estrangeiros e a troca de experiências levam à formação de uma diversidade e tolerância. Neste sentido, é importante perceber o nível do alcance desta cooperação onde o principal ganho será para o país que irá beneficiar de uma formação de qualidade, que em certa medida irá contribuir para melhoria de vida dos cidadãos, e para o crescimento do país em termos de quadros superiores qualificados e maior inserção no mercado internacional.

O ensino superior em Moçambique

O Ensino superior em Moçambique tem mais de 50 anos de existência, e confunde-se com a criação da mais antiga instituição de Ensino superior (IES) em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM). O ensino superior tem a sua génese em 1962, a 21 de agosto, com a abertura dos Estudos Gerais Universitários de Lourenço Marques, então capital de

⁵ ITAMARATY. **Cooperação educacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

Moçambique. Em 1968, este instituto ascendeu à categoria de Universidade, sendo então designada por Universidade de Lourenço Marques. A 1 de Maio de 1976, o Presidente Samora Moisés Machel atribuiu a esta Instituição o nome de Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao relevante papel histórico representado em Moçambique do Doutor Eduardo Chivambo Mondlane.⁶

Nos quase 45 anos de independência (que se comemoram a 25 de junho do presente ano) se assiste ao desenvolvimento do Ensino Superior à luz de planos estratégicos nacionais. O primeiro foi implementado num cenário de uma complexidade de ações que visavam assumir o Ensino Superior como o motor para o desenvolvimento, e assim o Governo criou o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia no ano 2000, e este lançou os passos da implementação do primeiro Plano Estratégico do Ensino Superior (2000 – 2010), propondo a primeira Política de Ciência e Tecnologia para Moçambique.

A primeira lei do ensino Superior em Moçambique surge no período pós-independência, e com a revisão da constituição de 1990, a lei 1/93 de 24 de junho autoriza a permissão para a criação de instituições de ensino superior privadas, abrindo caminho para uma nova realidade no ensino superior em Moçambique. Com a evolução, complexidade e desafios que o setor passou a enfrentar a lei 1/93 foi substituída pela Lei nº 5/2003, de 21 de janeiro, que em matéria de regulamentação visou, entre outros aspectos, o Controle da Qualidade.⁷

Outros instrumentos de importante relevância têm sido aprovados nos últimos anos pós-independência, com destaque para alguns destes instrumentos: Decreto nº 63/2007, do Regulamento do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior, Decreto nº 30/2010, do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos, Decreto nº 32/2010, o Regulamento do Conselho Nacional de Ensino Superior, Decreto nº 29/2010, do Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 48/2010, e o Regulamento de Inspeção às Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 27/2011.⁸

O país conta atualmente com 53 instituições de ensino superior (IES) entre públicas e privadas e em todos os cantos do país, de norte a sul, cenário que não se via no início dos anos 1990. Destas IES, 22 são públicas e 31 são privadas, e estão distribuídas entre 19 universidades, 27 Institutos, 4 Escolas Superiores e 3 Academias.⁹

⁶ **Nota histórica.** 2020. Disponível em: <<https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/historical>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

⁷ MCTESP. **Ensino Superior em Moçambique.** 2015. Disponível em: <<http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/ensino-superior-em-moçambique>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

⁸ MCTESP. **Ensino Superior em Moçambique.** 2015. Disponível em: <<http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/ensino-superior-em-moçambique>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

⁹ MCTESP. **Instituições públicas do Ensino Superior em Moçambique.** 2019. Disponível em: <<https://www.mctestp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES>>. Acesso em: 6 fev. 2020

Ao longo desse período, tem se verificado que alguns moçambicanos através de convênios diversos, têm se deslocado a vários países para realização dos cursos de Doutorado. Das Universidades onde foram realizadas as pesquisas, destacam-se os seguintes países: Austrália, Espanha, Estados Unidos da América, Itália, Inglaterra Alemanha, Rússia, França, Brasil, África do Sul, Eslováquia, Suécia, Japão, Cuba e Áustria, onde o maior número de teses foi produzido em universidades do Reino Unido, Alemanha, África do Sul, Brasil e Portugal. (GERDES, 2013). Importa referir que as pesquisas efetuadas em IES brasileiras ganham mais força nos anos 2000, em finais do governo de Fernando Henriques Cardoso, e no início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, em contexto muito marcado pela sua política externa de aproximação com a África.

De acordo com o quadro 1, há que destacar que destas teses apenas oito foram defendidas em Universidades moçambicanas em diversas áreas de conhecimento: administração, engenharia, agricultura, economia, arte, ciências da comunicação, educação, medicina, linguística e literatura, direito, matemática, ciências naturais, religião, educação física e medicina veterinária. E do total de 535 Teses defendidas por moçambicanos, 116 foram defendidas na área de Ciências Humanas e Sociais (GERDES, 2013).

Quadro 1– Teses Defendidas Por Moçambicanos de 1960 a 2013

Designação	Quantidade
Teses Defendidas em Universidades Moçambicanas	8
Teses na área de Ciências Humanas e Sociais	116
Total de Teses Doutorais	535

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados de Gerdes (2013)

O Contributo do PEC-PG no desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique

O Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) foi criado em 1981, tendo como principal objetivo possibilitar a cidadãos oriundos de países em desenvolvimento a realização de estudos de pós-graduação no Brasil. Desta forma estaria o país a contribuir para a formação de recursos humanos. Atualmente, são 60 os países participantes no PEC-PG, sendo 26 da África, 25 das Américas e 9 da Ásia. De acordo com os dados da divisão de assuntos educacionais de 2000 a 2019, o PEC-PG recebeu 2060 estudantes oriundos das Américas, 870 da África e 97 da Ásia. Os maiores beneficiados do programa são as Américas, com 23 países, África, com 15, e Ásia, com 5 países. ¹⁰

¹⁰ (DCE.MRE, 2020) Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 15 dez 2019.

O acesso ao ensino superior brasileiro oferece ao estudante diversos benefícios: vagas em IES brasileiras recomendadas pela Capes, sem custos de matrícula; Bolsa mensal no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros, a saber: R\$1500,00 para mestrado, com duração máxima de 24 meses, e R\$2200,00 para doutorado, com duração máxima de 48 meses, e passagem aérea de retorno ao país do estudante estrangeiro. O PEC-PG é administrado em parceria por três órgãos:

- Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), a quem cabe a divulgação do Programa no exterior e o pagamento das passagens de retorno dos estudantes;
- Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem cabe a seleção e o pagamento das bolsas de doutorado para estudantes de todos os países participantes e de mestrado para estudantes do Timor-Leste; e
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a quem cabe a seleção e o pagamento das bolsas de mestrado para estudantes de todos os países participantes, com exceção de Timor-Leste (DCE.MRE, 2020).

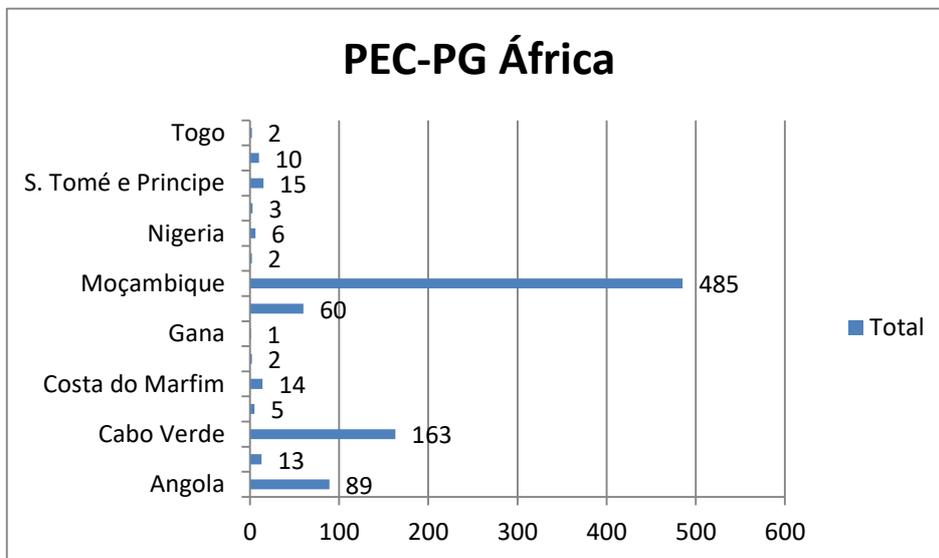
De realçar que foi durante os governos de Lula e Dilma que se destacou a ampliação dos acordos de cooperação e programas de desenvolvimento com África, tendo sido aumentado a oferta de vagas no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)¹¹ e o PEC-PG. Os PALOP's estabeleceram-se como os principais beneficiados pelos Acordos de Cooperação, tanto por oferta de vagas nos Programas PEC-G e o PEC-PG, quanto por Convênios firmados diretamente com as instituições de ensino superior privadas nacionais, por meio de associações religiosas, ou ainda ONGs.

De acordo com o gráfico 1, quando se observa o número de beneficiários por país, Moçambique e Cabo Verde são os países que mais estudantes tem enviado ao Brasil, 485 e 163 respectivamente. Lima Júnior (2018) reforça que Moçambique lidera os Países que mais estudantes tem enviado ao Brasil, ao lado da Colômbia e Peru, no que tange ao PEC-PG. Sobre este aspecto, em relação ao PEC-G na última década, foram mais de 6.000 estudantes selecionados pelo Programa. África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.

¹¹ A ideia da criação de um Programa de Governo para amparar estudantes de outros países adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, na década de 1960, e das consequências que este fato trouxe para a regulamentação interna do status desses estudantes no Brasil. Havia a necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades. Dessa forma, em 1965 foi lançado o primeiro Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Atualmente, o Programa é regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948, publicado em 2013, que confere maior força jurídica ao regulamento do PEC-G. Ao longo da última década, foram mais de 6.000 os selecionados pelo Programa. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em 20/2/2020.

Pode se concluir que em relação a estes dois programas, PEC-G e PEC-PG, Moçambique destaca-se em número elevado quando se refere a pós-graduação, uma vez que detém a maior parte dos estudantes; enquanto que no programa do PEC-G, Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola lideram o *ranking* (MILANI; CONCEIÇÃO; MBUNDE, 2016; RIZZI, 2016).

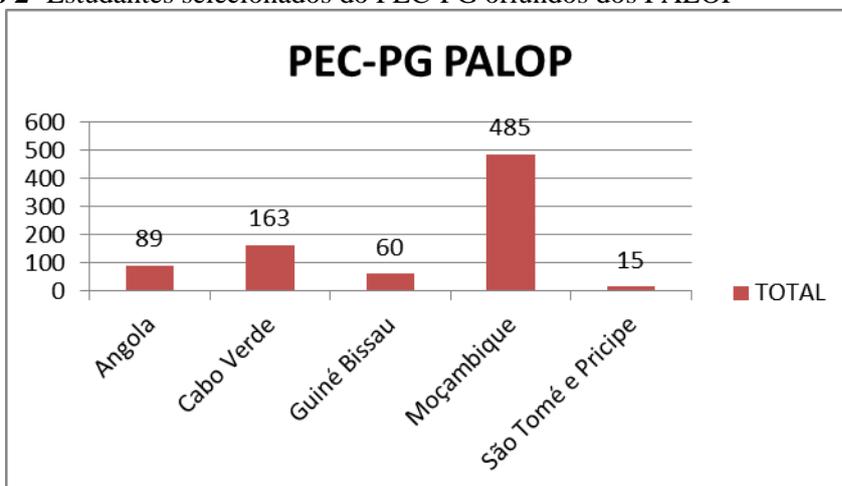
Gráfico 1- Estudantes seleccionados pelo PEC-PG oriundos de África de 2000 a 2019



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da divisão de assuntos educacionais¹²

Dos 5 países que integram os PALOP's (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe), Moçambique lidera o *ranking* dos países que mais tem beneficiado com o apoio do PEC-PG, com 485, seguido de Cabo verde com 163, Angola 89, Guine Bissau 60 e por último São Tomé e Príncipe com 15 estudantes (gráfico 2).

Gráfico 2- Estudantes seleccionados do PEC-PG oriundos dos PALOP



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da divisão de assuntos educacionais¹³

Através de uma pesquisa no portal da CAPES¹⁴, foi possível obter informação sobre pesquisas efetuadas por moçambicanos e brasileiros que gravitam em torno de Moçambique no Brasil. A palavra chave da busca foi *Moçambique*, no sentido de mapear as pesquisas que façam menção ao país. Entre 2000 e 2018 foram defendidas 1131 teses e dissertações¹⁵ em instituições de ensino brasileiras que inclui no seu tópico, “Moçambique”, ou no corpo do texto. Deste número, 377 foram teses nas diversas grandes áreas definidas pela CAPES.¹⁶ Na área de Ciências Humanas foram defendidas 161 teses, de acordo com os dados patentes no quadro 2. Destas teses pode-se ainda verificar que 82 foram escritas por Moçambicanos, e 77 por brasileiros. E algumas destas Teses não contêm no título o termo “Moçambique”, mas em algum momento mencionam no corpo do texto.

Quadro 2 – Teses e Dissertações Defendidas no Brasil sobre Moçambique de 2000 a 2018

Distribuição das Teses e Dissertações Defendidas sobre Moçambique no Brasil	
Designação	Quantidade
Teses na grande Área de Ciências Humanas	161
Teses Sobre Moçambique	377
Dissertações Sobre Moçambique	754
Total de Teses e Dissertações Sobre Moçambique	1131

Fonte: elaborado pela autora

Pode-se destacar 5 Instituições de ensino superior, na qual a maior parte destas teses foram defendidas: no topo encontra-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (23), e em segundo lugar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (18), seguido pela Universidade Estadual de Campinas (16), Universidade de São Paulo (14) e em quinto Universidade estadual do Rio de Janeiro (10) (quadro 3).

Quadro 3- Instituições que ocorreram as teses

Instituição	Total de Teses
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	23
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	18
Universidade Estadual De Campinas	16
Universidade De São Paulo	14

¹² Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 12 dez 2019.

¹³ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 12 dez 2019.

¹⁴ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!>. Acesso em 10 fev 2020.

¹⁵ Não se inclui o Mestrado Profissional e Profissionalizante.

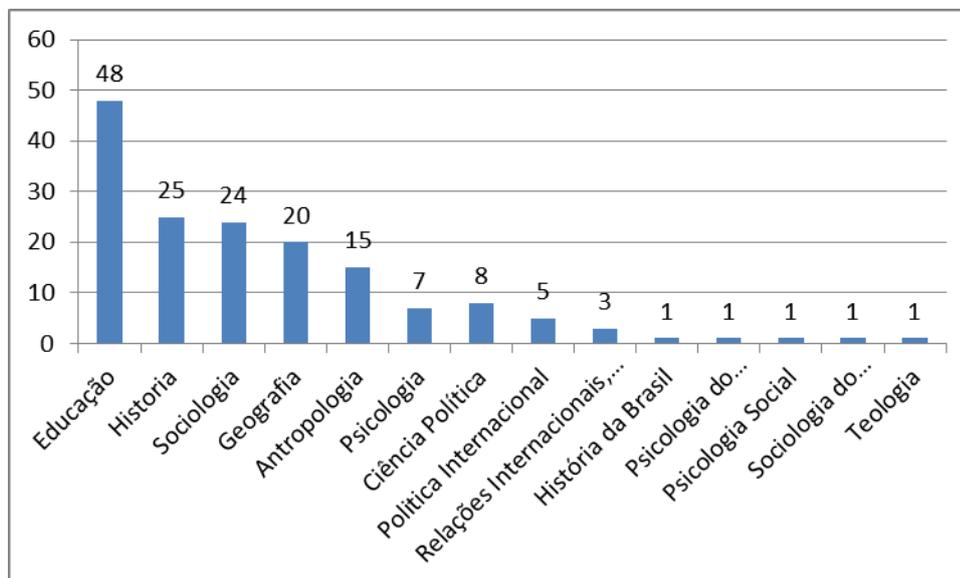
¹⁶ A organização das Áreas do Conhecimento abrange nove grandes áreas nas quais se distribuem as 48 áreas de avaliação da CAPES. As grandes áreas da CAPES são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Multidisciplinar (CAPES, 2019b).

Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	10
Universidade Federal De Goiás	9
Universidade Federal Fluminense	8
Universidade Federal Do Rio De Janeiro	7
Universidade De Brasília	7
Universidade Federal Do Pará	5
Universidade Metodista De Piracicaba	5
Universidade Federal Do Paraná	4
Universidade Federal De Santa Catarina	4
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Rio Claro)	3
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Marília)	3
Universidade Federal Da Bahia	2
Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais	2
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Presidente Prudente)	2
Universidade Federal De Minas Gerais	2
Universidade Federal De Uberlândia	2
Universidade Federal Do Ceará	2
Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro	2
Pontifícia Universidade Católica Do Paraná	1
Universidade Católica De Petrópolis	1
Universidade Católica De Brasília	1
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	1
Instituto Universitário De Pesquisa Do Rio De Janeiro	1
Universidade Católica De Brasília	1
Universidade Federal De Pernambuco	1
Fundação Getúlio Vargas/RJ	1
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Araraquara)	1
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Assis)	1
Universidade Federal De São Carlos	1
Total	161

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Capes (2019a)

De acordo com o gráfico 3, a maior parte das teses são defendidas em Ciências humanas. na área de conhecimento de Educação (48), História (25), Sociologia (24). Geografia (20) e Antropologia (15) (quadro 5). De acordo com Lima Júnior (2018), o PEC-PG contribui para a capacitação de recursos humanos, através da formação e de acordo com os inquéritos realizados concluiu que a maior parte destes alunos ocupam lugares de liderança nos seus países de origem.

Gráfico 3- Teses por área de conhecimento



Fonte: elaborado pela autora

Por outro lado, existem alguns aspectos negativos que podem ser apontados a este programa, conforme defende Lima Júnior (2018), existe um grande número de estudantes que após a formação não retorna ao seu país de origem. Este fenômeno de *brain drain*¹⁷ abordado por Lima Junior, remete para várias motivações que levam os estudantes a manter-se no Brasil após concluir a sua formação. Desde melhores oportunidades profissionais que encontram no Brasil, ou ainda por questões pessoais (casamento com brasileira/o é uma delas), ou ainda por dificuldades de se reintegrar no seu país de origem.

De acordo com os dados da pesquisa de Lima Júnior (2018), o desenvolvimento profissional que é facilitado por via do PEC-PG é bastante vantajosa, e maior parte dos inquiridos, 97%, refere que recomendaria sim o programa a um compatriota. Outro dado relevante da pesquisa é o número de mulheres (39,8%), face ao de homens (60,2%) que beneficiou do auxílio da CAPES entre 2007 e 2018. Várias são as razões que podem explicar esta diferença. Normalmente em alguns países os homens têm tendência a estudar mais que as mulheres.

No caso de Moçambique, país com cerca de 27.908.798 de habitantes, verifica-se que a taxa de analfabetismo é de 49,4% nas mulheres, *versus* 27,2% nos homens. Em relação ao ensino superior, 60,9% dos homens concluíram os seus estudos, contra 39,1 % mulheres. Quando se analisa a percentagem da população que tem graduação, Mestrado ou Doutorado, os números ainda são baixos, com exceção da graduação com 82,2%. Neste espectro, os mestres representam

¹⁷ O *brain drain* pode ocorrer de duas formas. A primeira é quando alunos que estudam no exterior, geralmente em um país mais desenvolvido, não retornam para o seu de origem. Outra forma é quando a elite qualificada de um país decide se mudar para o exterior em busca de melhores oportunidades (DASSIN, MARSH e MAWER, 2018 citado por Lima Júnior (2018, p. 128).

7,9%, e Doutorado 1,8%, tendo em conta a população total do país.¹⁸ Verifica-se deste modo que o número de mulheres que não tem ensino superior, ou que é analfabeta é maior em relação ao dos homens. Neste sentido, a situação no ensino superior não será diferente, o que vai influenciar no número de mulheres que beneficia do PEC-PG. Neste sentido, a cooperação educacional com o Brasil pode ser vista como um mecanismo que contribui para o desenvolvimento de quadros superiores qualificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação Brasil-PALOP criou um campo amplo de cooperação em diferentes níveis, onde para efeitos deste artigo destacou-se a cooperação educacional através da formação dos recursos humanos. Este processo de aproximação teve dois momentos altos: 1974/75-1990, quando eram desenhadas as políticas que iriam permitir colocar em prática os modelos de cooperação entre os diversos países, e 2003-2015, período em que a maior parte dos países já haviam passado pelo processo de democratização.

O PEC-PG tem tido um papel imensurável no que tange ao seu contributo de formação de quadros superiores nos PALOP com destaque para Moçambique. De 2000 até os dias de hoje, mesmo em momentos de crise, denota-se que continua a ser dos países de África que mais apoios na área da formação superior têm recebido. O que contribui para a formação de novos cientistas em diversas áreas do saber. A cooperação educacional como veículo de materialização do PEC-PG tem sido uma importante ferramenta da cooperação sul-sul. Transferindo recursos e permitindo que outros estudantes venham ao solo brasileiro melhorar e aperfeiçoar as suas condições.

Em certa medida, as dimensões territoriais e diferenças socioeconômicas dos PALOP podem influenciar no processo de envio de estudantes ao abrigo do PEC-PG. Podendo-se ainda concluir que nem todos os países têm beneficiado desta cooperação, havendo destaque para Moçambique, Angola e Cabo Verde, no que tange ao PEC-PG.

Ao comparar-se o número de estudantes que beneficiaram do auxílio PEC-PG, de 2000 a 2018, e nas áreas de ciências sociais, 86 trabalhos foram defendidos fazendo menção a Moçambique. Não obstante existam beneficiários em outras áreas e que pesquisam outras temáticas. E olhando para o número de estudantes Moçambicanos, contam 116 os que entre 1960 e 2013 obtiveram o título de Mestre em diversas áreas. É notória a diferença e o papel fundamental que a cooperação educacional entre Moçambique e Brasil tem para o

¹⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados Definitivos: censo 2017 IV recenseamento Geral da População e Habitação.** 2019.

desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique, pois somente desde 2000 o PEC-PG contribuiu para formação de quadros superiores em relação a formação global do País desde os anos 1960 a 2013.

De realçar que das várias áreas de conhecimento das ciências sociais, é na área de educação que muitos estudantes moçambicanos têm tido a sua formação nas diversas instituições de ensino superior brasileira. Dentre outras, as instituições de ensino superior que mais tem recebido estudantes são, pela ordem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual de Campinas.

A cooperação educacional tem sido de extrema importância para os países em via de desenvolvimento, e Moçambique tem beneficiado bastante deste apoio. O fato destes quadros serem formados para contribuírem para o desenvolvimento dos seus países de origem, e no fim da formação estes não retornam, deve ser visto como um problema a qual não se pode ficar alheio. Mesmo sabendo que em alguns casos o próprio sistema não deixa alternativa para estes quadros que optam em não regressar. Importa ainda realçar que esta cooperação pode também ser influenciada pelas facilidades de se tratar de um país de língua oficial portuguesa. Na qual os estudantes dos PALOP não necessitam de aprender o idioma, uma vez que já a possuem em seu país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GERDES, Paulus. **Mil e Tantas teses de doutoramento de moçambicanos ou sobre Moçambique.** 3 edição ed. Maputo. Disponível em: <http://www.etnomatematica.org/BOOKS_Gerdes/1000_doctoral_theses_by_mozambicans_or_about_mozambique.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LIMA JÚNIOR, Antônio Ferreira. O Papel do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação na Cooperação Educacional Brasileira. 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, **Tese de Doutorado**, 2018. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_LimaJuniorAF_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos Da; MBUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 29, n. 76, p. 13–32, 2016. Disponível em: <doi: 10.1590/S0103-49792016000100002>. Acesso em: 12 fev. 2020.

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico sul (1974/75-2015). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 143–167, 2016. Disponível em: <doi: <https://doi.org/10.22456/2448-3923.59492>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DOCUMENTOS E OUTRAS FONTES:

ABC. **Cooperação Técnica: Conceito.** 2020. Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2019a. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CAPES. **Tabela de áreas de conhecimento/Avaliação**. 2019b. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/pt/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

DCE.MRE. **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação: Histórico**. 2020. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Resultados Definitivos: censo 2017 IV recenseamento Geral da População e Habitação**. 2019. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ITAMARATY. **Cooperação educacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

ABC **Cooperação Técnica: Conceito**. 2020. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020

ITAMARATY. **Cooperação educacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

MCTESP. **Ensino Superior em Moçambique**. 2015. Disponível em: <<http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/ensino-superior-em-mocambique>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

MCTESP. **Instituições públicas do Ensino Superior em Moçambique**. 2019. Disponível em: <<https://www.mctesp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

UEM. **Nota histórica**. 2020. Disponível em: <<https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/historial>,>. Acesso em: 1 fev. 2019.